

ENSAIO TEMÁTICO

O SIGNIFICADO DOS CRITÉRIOS DE DECISÃO ECONÔMICA *

(Franz J. Hinkelammert)

Advertência prévia

As considerações seguintes sobre o entrelaçamento da política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz tentam formular esta sua conexão interna a partir de um elemento que, do ponto de vista dos países subdesenvolvidos, se mostra cada vez mais como decisivo: trata-se do problema do desemprego. Mais do que nos países desenvolvidos centrais, o desemprego torna-se o problema decisivo na política econômica dos países subdesenvolvidos. O resultado é que a pauperização crescente nestes países só pode ser entendida como uma consequência do desemprego e que a repressão política e policial é orientada cada vez mais para a supressão das muitas consequências do desemprego em massa, que em muitos países chega a cifras em torno de 40% da força de trabalho. Do ponto de vista dos países subdesenvolvidos, o desemprego aparece, de maneira crescente, como a ameaça principal para o sistema capitalista mundial, sem negar que também nos últimos anos se transformou num problema-chave do capitalismo nos países desenvolvidos centrais.

Este fato tem uma influência decisiva sobre o caráter dos movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos. Já não são compostos predominantemente pelo proletariado organizado e sim por grupos sociais excluídos do status de um proletariado integrado e garantido por relações de trabalho duradouras e de longo prazo. A dinâmica revolucionária parte antes de grupos que vivem em relações de trabalho sumamen-

* Conferência proferida aos 5-6-1982 no "Forum fuer Frieden, Oekologie und Entwicklung" do Gustav Stresemann-Institut, Bonn, e da redação do jornal *Entwicklungspolitik* (EPD), Frankfurt, com o título: "Condições estruturais para uma política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz".

te precárias, que não permitem uma existência humana segura. Mesmo o termo "desemprego" é pouco exato, porque ele pressupõe relações de trabalho predominantemente duradouras. No entanto, esta não é a situação da maioria da população dos países subdesenvolvidos.

O fato de este subproletariado se ter tornado um novo grupo dinâmico ficou claro especialmente na América Central, na revolução sandinista da Nicarágua, na qual o subproletariado toma a iniciativa e o proletariado propriamente dito apenas participa de uma maneira muito mais esporádica. Algo parecido ocorre hoje na situação de El Salvador e da Guatemala.

Esta situação de fundo levou a uma mudança das expressões ideológicas de tais movimentos revolucionários. Cada vez mais o direito à vida se transforma num critério decisivo e numa exigência primordial a partir da qual a sociedade atual é entendida como uma sociedade que condena à morte a maioria de seus membros. O direito à vida implica, naturalmente, o direito contra as arbitrariedades da polícia e dos aparelhos estatais, mas é entendido, sobretudo, como o direito de viver numa sociedade em que cada um de seus membros possa satisfazer suas necessidades básicas através de um trabalho seguro. Não resta dúvida de que esta forma do direito à vida é incompatível com a existência da sociedade burguesa capitalista e, portanto, tende a levar à afirmação de movimentos socialistas revolucionários. Contudo, em seu centro se encontra um movimento radical de reforma, que não se dirige tanto à nacionalização dos meios de produção mas sobretudo a uma planificação econômica capaz de garantir o direito à vida, em oposição a um mercado que é considerado como uma ameaça para a vida humana.

Ao direito à vida, assim entendido, corresponde um conceito de liberdade segundo a qual as possibilidades materiais da existência humana são a condição de uma sociedade livre, sua base material, sem a qual não é possível a liberdade humana.

Especialmente na América Central, mas também em toda a América Latina com sua forte tradição cristã, esta ênfase

especial no direito à vida encontrou uma expressão especificamente religiosa. A interpretação tradicional do cristianismo na América Latina enfatiza a morte, o que é evidente particularmente na ênfase que a religiosidade popular dá à Semana Santa e à Sexta-feira Santa. Não há nenhuma outra região no mundo onde o cristianismo foi entendido, tão exclusivamente, como religião da cruz como o é, exatamente, na América Latina. A celebração da Semana Santa tem sido o centro da religiosidade e ela termina na Sexta-feira Santa, sendo que o Domingo da Ressurreição não desempenha quase nenhum papel. Na medida em que aparecem movimentos populares que lutam por uma nova sociedade baseada no direito de todos à vida, ocorre uma transformação interna deste aspecto central da religiosidade popular. Durante os anos setenta se percebe cada vez mais a ressurreição como o centro do cristianismo e se chega a transformar assim a celebração da Semana Santa. Enquanto na ideologia política dos movimentos populares a polaridade *vida ou morte* chega ao primeiro plano, na medula da religiosidade popular aparece esta mesma polaridade, mas na forma de *ressurreição e crucifixação*. A ressurreição aparece como vitória sobre a cruz, a vida como vitória sobre a morte e a nova sociedade com o direito à vida como sua base material, como antecipação da terra nova, que sempre foi o pano de fundo de esperança da ressurreição na tradição cristã.

A análise que segue é a tentativa de mostrar este critério do direito à vida como critério central para a discussão das condições estruturais de uma política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz.

1. *O significado dos critérios de decisão econômica (sistema de coordenação da divisão social do trabalho)*

A política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz pressupõe ações concretas orientadas para o desenvolvimento, para a proteção do meio ambiente e para a paz. Trata-se de uma atividade que tem que ser orientada segundo critérios de decisão. Esses critérios se referem, por outro lado, a tudo

o que tem que ser feito em favor do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz. Mas, por outro lado, estes mesmos critérios condicionam as medidas que podem ser tomadas. Estas medidas possíveis não dependem apenas de nossa disposição subjetiva ou da quantidade de meios dos quais podemos dispor. Além desta disposição subjetiva e objetiva, faz falta contar com um sistema de decisões ou sistema de coordenação da divisão social do trabalho, dentro do qual seja factível uma política que realmente garanta o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e a paz. Neste sentido podemos e devemos conceber as relações de produção capitalistas ou socialistas como sistemas de coordenação de uma divisão social do trabalho dentro das quais apenas podem ser realizadas determinadas metas, enquanto outras são excluídas pelo simples fato de que sua realização levaria ao conflito com a própria existência do sistema de coordenação e, portanto, com as relações de produção correspondentes. Os processos de decisão estão estreitamente ligados com sistemas de coordenação da divisão social do trabalho, com as relações sociais de produção e com os sistemas de propriedade. Expressam os critérios formais de todas as ações possíveis dentro de um sistema dado e, por seu formalismo, excluem a realização de determinados fins na medida em que estes não são factíveis dentro do sistema de decisão estabelecido.

Estes sistemas de coordenação da divisão social do trabalho são constituídos a partir de critérios de decisão de caráter formal que são institucionalizados no sistema de coordenação. Desta maneira é constituído o sistema de coordenação correspondente às relações capitalistas de produção a partir do critério dos lucros como critério formal de decisão. Este critério não orienta, necessariamente, para a maximização absoluta dos lucros. Orienta para o lucro no sentido de que não se podem realizar ações de qualquer índole, orientadas para qualquer fim, sem poder esperar um lucro mínimo correspondente. Daí se segue a pergunta óbvia: em que grau esta orientação para o lucro influi sobre os fins da atividade subordinada a esta orientação e em que grau exclui determinados fins.

O critério do lucro não é o único critério formal de decisão a partir do qual se pode constituir o sistema de coordenação da divisão social do trabalho. O critério formal de decisão contrário ao critério do lucro é o critério do crescimento, que também pode ter a forma de maximização absoluta do crescimento, sem que isso seja necessário. Enquanto o critério do lucro parte do resultado quantitativo do lucro empresarial, o critério do crescimento parte do resultado quantitativo da economia inteira. Este critério é tão formal como o critério do lucro e, do mesmo modo que este, só pode ser expresso em termos de dinheiro e de preços. As relações de produção socialistas corresponde um sistema de coordenação que é constituído por este critério formal do crescimento econômico. Os critérios formais do lucro e do crescimento podem descrever os sistemas de coordenação correspondentes às relações de produção capitalistas ou socialistas em forma polarizada.

Isto implica que um sistema de coordenação, orientado pelo critério do lucro, produz determinados processos de crescimento, ao passo que um sistema de coordenação, orientado pelo critério do crescimento, tem que levar em conta a rentabilidade de suas empresas. Contudo, nosso problema é o seguinte: em que medida as metas políticas são condicionadas pelo próprio sistema de coordenação e em que medida estes sistemas de coordenação são compatíveis, promovem ou impossibilitam uma política eficaz do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz?

2. *O lucro como critério de decisão: as conseqüências para a política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz*

A teoria e a ideologia burguesa estão orientadas, hoje em dia, quase exclusivamente para a justificação do sistema de coordenação da divisão social do trabalho, constituído pelo critério do lucro. Não se tematiza diretamente o conflito possível entre as metas políticas ou econômicas e a existência do sistema de coordenação em questão. Trata-se, porém, de fazer

a seguinte pergunta: até onde as metas da política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz, que se seguem da necessidade da sobrevivência da humanidade e de cada um dos seres humanos, são compatíveis com a existência de um sistema de coordenação capitalista da divisão social do trabalho, orientado pelo critério do lucro? Se não o fossem, haveria um conflito entre a existência da sociedade burguesa e a sobrevivência da humanidade.

Apesar de as teorias burguesas jamais expressarem abertamente este conflito, elas estão impregnadas de sua possibilidade. Sem mencionar a possibilidade do conflito, estão constantemente dedicadas à tentativa de demonstrar que o sistema de coordenação das sociedades burguesas não exclui a realização de determinadas metas. Por isso se insiste em seu caráter completamente universal. Desta maneira o mencionado conflito está presente na teoria burguesa por sua ausência.

Para a discussão é decisivo partir do critério de lucro como constituinte de um sistema de coordenação da divisão social do trabalho e não simplesmente do tamanho dos lucros. Nos conflitos em torno de uma política eficaz do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz, não se trata simplesmente dos altos lucros de determinadas indústrias, seja no caso da política de desenvolvimento dos lucros do capital estrangeiro nos países do Terceiro Mundo, no caso da política do meio ambiente, dos lucros da indústria atômica ou química e, no caso de uma política da paz, dos lucros da indústria de armamentos. Pelo menos não se trata apenas destes lucros, mas da existência de um sistema de coordenação constituído pelo critério formal dos lucros.

Para discutir esta problemática do sistema capitalista de coordenação da divisão social do trabalho, temos que introduzir um elemento até agora não mencionado: a crise econômica mundial atual como demonstração da incapacidade do sistema capitalista de garantir o pleno emprego e uma distribuição adequada de renda. Considerado do ponto de vista do sistema de coordenação, o sistema capitalista não pode realizar metas como o pleno emprego ou uma distribuição de renda que permita a satisfação das necessidades básicas.

Pode falar de tais metas mas não pode realizá-las. Diante das exigências correspondentes, torna-se perfeitamente inflexível. O sistema capitalista tem sua flexibilidade, unilateralmente, em sua capacidade de produzir um ou outro produto e de aplicar uma ou outra tecnologia, mas no que se refere ao emprego e à distribuição de renda trata-se do sistema econômico menos flexível que jamais existiu. Portanto, na medida em que medirmos a racionalidade de um sistema econômico por estes critérios, o sistema capitalista é também o sistema mais irracional e destruidor que jamais existiu.

As teorias econômicas burguesas dão conta parcialmente desta inflexibilidade. Mas evitam a discussão. O neoliberalismo atual apresenta, então, o desemprego como conseqüência de salários altos demais e a pauperização como conseqüência da política da redistribuição da renda. Contra toda evidência empírica se torna a assinalar o mercado como o lugar ideal da realização de qualquer meta humana. E continua a ideologia do mercado total: o mercado pode tudo mas não é deixado livre. Se se deixasse o mercado agir, estes problemas não existiriam. Diante do desemprego e da pauperização se segue, precisamente, a tese: mais mercado. Uma vez assumido este ponto de vista, segundo o qual aqueles problemas que o mercado cria parecem solucionáveis pelo mercado total, muda-se radicalmente a visão da política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz. Elas são apresentadas agora como verdadeiras perturbadoras de nossa capacidade de solucionar nossos problemas. A política do pleno emprego e os sindicatos são declarados os verdadeiros causadores do desemprego, o movimento para a paz é um obstáculo à paz, a proteção do meio ambiente é a causa do perigo para o meio ambiente, a política do desenvolvimento é o obstáculo principal do próprio desenvolvimento. Através desta transformação pseudodialética, a ideologia neoliberal pode convencer, muitas vezes, muito além da própria burguesia. Esta capacidade de convicção aumenta, precisamente em tempos de crise econômica aberta, na medida em que consegue manter fora de vista as possíveis soluções socialistas.

Aparentemente já não se trata de um conflito entre trabalho e capital mas entre o mercado como sistema de coordenação

da divisão social do trabalho, por um lado, e os perturbadores, os utopistas, os caóticos, os subversivos, etc. Desta maneira o conflito é transformado de tal forma que pode arrastar a própria classe operária para o neoliberalismo: de um lado os operários e de outro os movimentos sociais em favor de uma nova política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz. Pelo menos esta é a intenção ideológica.

Esta ideologia burguesa procura transformar o desespero pela perda dos postos de trabalho em agressão contra os movimentos pelo desenvolvimento, pela proteção do meio ambiente e da paz. Com este pano de fundo se pode explicar por que as iniciativas contra a produção de armamento, contra a energia atômica ou contra a destruição das florestas se transformam, aparentemente, num perigo para os postos de trabalho, com o resultado de que a preocupação pelos postos de trabalho seja orientada em favor da produção de armamentos, da destruição do meio ambiente ou da atividade ilimitada do capital internacional nos países do Terceiro Mundo. O conflito em torno do desemprego não aparece mais como um conflito originado pelo sistema capitalista de coordenação da divisão social do trabalho e sim como um conflito entre os trabalhadores por um lado, e os movimentos pelo desenvolvimento, pelo meio ambiente e a paz, por outro. Enquanto na realidade o desemprego é precisamente um indício-chave do fracasso deste sistema capitalista de coordenação, a ideologia burguesa o transforma numa fonte de agressão contra estes movimentos.

No entanto, a eficácia desta ideologia pressupõe que a fé no mercado tenha se transformado numa espécie de senso comum, o que implica que uma possível alternativa socialista seja *a priori* excluída. Isto implica a crença de que a falta de mercado é a causa do desemprego e não o sistema de coordenação baseado no mercado. A discussão ideológica gira, portanto, exatamente em torno deste ponto, que se torna decisivo para as possibilidades de uma política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz. Esta política deverá fazer, exatamente da política do emprego, sua base se quiser alcançar suas metas. Trata-se, porém, de uma política do emprego

baseada numa mudança do próprio sistema de coordenação da divisão social do trabalho, que liberte da prisão do mercado e de uma adoração cega do crescimento econômico.

Sempre e quando se procurar a solução do problema do emprego na expansão ilimitada do mercado se identificará, necessariamente, um aumento do emprego com um aumento do crescimento econômico. Será considerado mais mercado = mais crescimento, mais crescimento = mais emprego, com o resultado de que agora se poderão mobilizar os trabalhadores em nome do crescimento econômico, contra seus próprios interesses no desenvolvimento, na proteção do meio ambiente e da paz.

3. A taxa de crescimento como critério formal de decisão: a competição dos sistemas sociais

Já tínhamos dito que o sistema de coordenação da divisão social do trabalho das sociedades capitalistas é constituído a partir do critério do lucro. Estas sociedades produzem taxas de crescimento econômico sem que estas se tornem critérios formais de decisão. Se uma economia capitalista procura o aumento das taxas de crescimento, ela só o pode fazer influenciando sobre o lucro e esperando que isso tenha também influência sobre as taxas de crescimento. Não é uma relação direta com a taxa de crescimento porque isso suporia um planeamento econômico incompatível com a economia capitalista. Se são pedidas altas taxas de crescimento numa economia capitalista, isso é um eufemismo de lucros altos e da exigência do mercado total. Crer que altas taxas de crescimento podem solucionar o problema do emprego é apenas uma variante da crença de que o mercado total solucionará o problema do emprego.

A solução do problema do emprego não depende do tamanho do investimento nem da taxa de crescimento. O emprego depende das relações sociais de produção e, portanto, do sistema de coordenação da divisão social do trabalho. Um sistema capitalista de coordenação não pode assegurar uma situa-

ção de pleno emprego. O tamanho dos investimentos e da taxa de crescimento — ou em geral a disposição dos meios de produção — não determinam o emprego mas a produtividade média do trabalho numa economia e, portanto, sua renda média. Querendo-se garantir o emprego, isto pode ser feito exclusivamente pela criação de um sistema de coordenação da divisão social do trabalho, no qual o pleno emprego seja uma meta factível.

Nos países socialistas surgiram — a partir de novas relações sociais de produção — sistemas de coordenação da divisão social do trabalho que acabaram resultando numa maior flexibilidade, em relação ao emprego e a distribuição de renda, do que os existentes nas sociedades capitalistas. Os sistemas socialistas de coordenação têm sido eficazes em sua política do emprego. Trata-se de sistemas de coordenação que são constituídos a partir da taxa de crescimento como critério formal de decisão, o que pressupõe a vigência de uma planificação econômica global. Desta maneira o emprego e a distribuição de renda se tornam objeto direto de decisões econômicas e não simplesmente uma consequência direta de decisões orientadas pelo lucro. Não obstante, também aqui o emprego não é diretamente o critério formal de decisão e sim a taxa de crescimento. No entanto, a orientação das decisões econômicas pelo critério formal da taxa de crescimento permite uma decisão direta sobre emprego e distribuição da renda.

Para explicar este papel do critério formal do crescimento podemos recorrer ao exemplo do assim chamado crescimento *zero*. Tomando este caso teórico de um crescimento *zero*, podemos sustentar que tal economia só pode ser possível numa sociedade em que o sistema de coordenação da divisão social do trabalho seja orientada pelo critério formal de crescimento. Apenas num sistema de coordenação como este seria possível a decisão política em favor de um crescimento *zero*. Um sistema capitalista de coordenação não pode tomar tal decisão porque não cabe em suas possibilidades de decisão. Decide sobre lucros, não sobre taxas de crescimento. Pode ter um crescimento até negativo, ou nenhum crescimento, mas não pode organizar a economia para um crescimento *zero*. Se

numa economia capitalista não há nenhum crescimento, isto é, normalmente, um sinal de crise e, portanto, uma catástrofe. Um crescimento *zero* pressupõe pleno emprego, o qual, por sua vez, pressupõe um sistema de coordenação capaz de determinar o emprego independentemente das taxas de crescimento e dos lucros.

Com o surgimento de países socialistas começou a competição de sistemas sociais, que foi originada pelo fato de os diferentes sistemas terem que reconhecer, pelo menos provisoriamente, sua existência. Em sua forma pacífica, esta competição dos sistemas chegou a ser uma competição de crescimento econômico mediante a maximização das taxas de crescimento. Isto vale especialmente para os países socialistas que começaram sua transformação para o socialismo a partir de uma situação de subdesenvolvimento. Inclusive o conceito de crescimento econômico e de taxa de crescimento apareceu pela primeira vez na União Soviética dos anos vinte e é posteriormente assimilado pelas sociedades capitalistas. Alcançar e passar os países capitalistas se tornou o lema desta política e a maximização do crescimento foi assumida como um problema de sobrevivência da própria sociedade socialista.

Esta competição de crescimento se realiza, da parte dos países socialistas, sobre a base de um sistema de coordenação orientado pelo critério formal da taxa de crescimento e, da parte dos países capitalistas, sobre a base de um sistema de coordenação orientado pelo critério formal do lucro. Enquanto competição de crescimento, no entanto, tem efeitos de ambos os lados que muitas vezes são análogos, em suas consequências, para a política da paz, do meio ambiente e do desenvolvimento.

A política da paz está intimamente ligada com o problema da corrida armamentista. Também não pode haver dúvidas de que esta política armamentista esteja em conexão estreita com a competição de crescimento. Embora a competição de crescimento não seja intrinsecamente uma competição de armamento, ela é necessariamente uma competição por uma capacidade produtiva autônoma, que finalmente resulta sempre também numa capacidade produtiva de armamento. Portanto,

a competição de crescimento contém em si um elemento de ameaça que a transforma, pelo menos potencialmente, numa corrida armamentista. Na medida em que esta competição de crescimento contém a competição de sistemas sociais, transforma-se de fato numa corrida armamentista e praticamente já não é possível separar as duas. Para sustentar a corrida armamentista, a economia tem que crescer. Por outro lado, a corrida armamentista transforma-se num elemento integrado à própria política de crescimento. Isso acontece assim precisamente pelo fato de que a demanda armamentista é aquela demanda que dinamiza de maneira mais direta a economia porque é a demanda mais direta de produtos dos setores produtivos tecnologicamente mais dinâmicos. A demanda civil — demanda “civilizada” — se dirige de maneira indireta para estes setores de produção que são mais produtores de meios de produção e não de bens finais civis. Este elemento dinamizador da demanda armamentista não pode ser reduzido simplesmente ao lucro da indústria armamentista. Por isso pode explicar por que também nos países socialistas a competição de crescimento solicita, por razões imanentes, uma alta demanda armamentista.

A competição do crescimento econômico implica maximização do crescimento. Isso leva ao problema da destruição do meio ambiente. Ele ocorre porque a política de crescimento, combinada com a corrida armamentista, opera com um horizonte de tempo relativamente curto, que é medido em anos e não em décadas. Com um horizonte de tempo tão curto, a possibilidade da destruição do meio ambiente parece ser uma vantagem do crescimento, portanto, também uma vantagem do armamentismo e, por conseguinte, um fator de poder; ao passo que, a recusa à destruição do meio ambiente parece ser egoísmo ou cegueira perante a realidade. No entanto, realmente, esta competição do crescimento e do armamentismo é na verdade um processo de longa duração, cujos participantes têm um horizonte de tempo curto. Por isso se produz um processo de destruição do meio ambiente a longo prazo, contra o qual a lógica da competição do crescimento não admite nenhuma oposição.

Por esta razão uma possível resistência contra a destruição do meio ambiente tem que ser também uma resistência contra esta lógica da competição do crescimento.

Esta união de destruição do meio ambiente e de corrida armamentista na competição de crescimento dos sistemas resulta, finalmente, na tendência atual que inverte a relação entre produção civil e militar de tal forma que toda competição de crescimento se baseia na corrida armamentista, sendo a produção civil uma espécie de custos indiretos da produção de armamentos. A produção de armamentos já não limita a produção civil como sentido próprio do processo produtivo, mas é a necessidade de uma produção civil que limita a produção de armamentos, que é transformada no verdadeiro núcleo e sentido do processo produtivo. Começa o carrossel da morte, que chegou a ser o conteúdo da política da administração Reagan na atualidade. Em vez de produzir para viver, se produz para poder continuar a corrida armamentista.

Esta competição de crescimento dos sistemas sociais impregna, naturalmente, a política do desenvolvimento e, com isso, o mundo inteiro. A participação na competição do crescimento e do armamentismo pressupõe um nível tecnológico alto, que os países subdesenvolvidos não têm e a longo prazo não terão. Portanto, suas taxas de crescimento potenciais são irrelevantes para a competição do crescimento. O acesso a estes países — praticamente monopolizado pelos países capitalistas — tem importância apenas para o fornecimento de matérias-primas e para a transferência de produtos industrializados intermediários para aproveitar o nível de vida baixo dos países subdesenvolvidos. Especialmente a partir da última década os países subdesenvolvidos são reduzidos sempre mais a esta função, impedindo uma política de crescimento econômico própria da parte deles. São reduzidos a fornecedores dos fatores naturais importantes para o crescimento dos países capitalistas centrais. Enquanto a ideologia de desenvolvimento dos anos cinquenta e sessenta foi industrializadora, nos anos setenta chegou a ser antiindustrializadora e é orientada cada vez mais para ser fornecedora de matérias-primas para os países centrais. Isso causa cada vez mais o desemprego e a pauperização no Terceiro Mundo.

Por outro lado, a concentração do crescimento econômico e do desenvolvimento tecnológico nos países centrais leva à formação de um modelo de civilização que pode reivindicar cada vez menos um caráter universal. Este modelo de civilização baseia-se nas tecnologias que já não podem ser estendidas a todo o mundo, dada a escassez absoluta dos fatores naturais. A concentração do crescimento econômico nos países desenvolvidos leva estes países a um modelo de civilização que pressupõe continuar também com a concentração do crescimento nestes mesmos países. O acesso aos fatores naturais do mundo inteiro se transformou em suposição da existência do modelo de civilização dominante numa pequena parte do mundo. Dada a limitação, em princípio, dos fatores naturais, isto leva à impossibilidade de estender o modelo de civilização dominante pelo mundo inteiro. Neste sentido, este modelo de civilização não tem um caráter universal. Mas, como a política de desenvolvimento dominante está orientada pelo modelo de civilização dominante, esta leva a esforços de desenvolvimento que jamais podem alcançar sua meta.

4. *A superação das contradições*

Demonstramos a inter-relação existente entre competição de crescimento, armamentismo, destruição do meio ambiente e subdesenvolvimento. A maximização do crescimento acarreta inevitavelmente a maximização da capacidade armamentista. Portanto, ela promove a corrida armamentista, que, por sua vez, se transforma em elemento central desta mesma maximização. A destruição do meio ambiente oferece sempre vantagens de crescimento a curto e médio prazo e, portanto, traz consigo vantagens para a maximização da produção armamentista. Assim, a maximização do crescimento tende à destruição do meio ambiente, apesar de o meio ambiente determinar o limite da maximização do crescimento a longo prazo, sem a impedir a prazos curtos ou médios. A maximização do crescimento leva também à concentração do crescimento em determinadas regiões minoritárias do mundo para as quais o crescimento autônomo das outras regiões, que acabam sendo

as regiões subdesenvolvidas, se transforma em obstáculo de sua própria maximização do crescimento. Por isso, estas regiões subdesenvolvidas tornam-se tendencialmente o objeto de maximização do crescimento das regiões desenvolvidas, que realizam entre si a competição do crescimento. Como consequência aparece nas regiões centrais desenvolvidas um determinado modelo de civilização que não é universalizado.

Da análise desta inter-relação entre a política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz se segue — se levarmos em conta o pano de fundo da política do emprego e da distribuição da renda — a direção na qual se deveria buscar uma solução. As muitas medidas parciais e ações em favor da paz, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento não podem ter um quadro estratégico e, portanto, uma perspectiva realista se não levarem a uma política de crescimento consciente. Para os países desenvolvidos isso implica a necessidade de uma limitação do próprio crescimento. Contudo, não se pode esperar, sendo realistas, uma política de limitação do crescimento, a não ser garantindo uma política do emprego e da renda que seja independente da maximização do crescimento. A possibilidade de tal política se baseia, portanto, no resultado anterior, segundo o qual o pleno emprego e a distribuição da renda são resultado do sistema de coordenação da divisão social do trabalho e das relações sociais de produção.

Desta maneira, a perspectiva das medidas parciais de uma política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz tem que ser uma sociedade que tenha um sistema de coordenação e relações sociais de produção capazes de tomar medidas para a solução efetiva de tais problemas. Isso explica que a perspectiva destas políticas seja anticapitalista na medida em que uma política consciente de crescimento se torna impossível dentro de relações capitalistas de produção. Na raiz do problema se torna visível o caráter capitalista do sistema social, determinado por um sistema de coordenação derivado do critério do lucro e das denominadas leis do mercado. Faz falta superar este sistema por um de coordenação que seja capaz de decidir autonomamente sobre as taxas de crescimento

da economia, que possa garantir o pleno emprego e uma distribuição da renda independentemente das taxas de crescimento. Sem um planejamento global da economia isso não será possível.

Este planejamento não pode ser simplesmente indicativo. A planificação indicativa respeita o critério de lucros como constituinte do sistema de coordenação e está, portanto, sujeita aos mesmos limites que vigoram para esse sistema de coordenação. Tem que ser um planejamento obrigatório, que é preciso realizar na medida que a necessidade do pleno emprego o exigir. Não se trata de planejar o máximo possível, mas tanto quanto for necessário. O grau necessário do planejamento, porém, é derivado das exigências do pleno emprego e de uma distribuição adequada da renda. Sobre esta base material se pode julgar e tomar decisões em função de outras metas, como, por exemplo, a proteção do meio ambiente, a industrialização ou a limitação do armamentismo. Portanto, a base material destas políticas não é o crescimento das forças produtivas e sim o desemprego e uma adequada distribuição da renda. Apenas se se conseguir realizar estas metas se pode ter a flexibilidade realista para a solução dos problemas ligados à política do desenvolvimento, do meio ambiente e da paz.

Um planejamento global pressupõe também, naturalmente, uma propriedade pública correspondente. Mas não se trata de ter tanta propriedade pública quanto for possível, mas quanto for necessário. O critério do necessário é derivado outra vez das necessidades do pleno emprego e da adequada distribuição da renda garantida pelo planejamento global. Segundo as possibilidades de assegurar o pleno emprego e a distribuição da renda, podem resultar, dependendo das situações concretas determinadas, graus de planejamento global e de propriedade pública sumamente diversos. Não se pode determinar *a priori* que grau será necessário. Naturalmente, tal planejamento global não implica automaticamente na solução das contradições analisadas. Mas, sem dúvida, trata-se de uma condição necessária para que haja uma possível solução das contradições.

Embora os problemas analisados apareçam em ambos os sistemas sociais em competição, chegar a uma solução exige

mudanças profundas, exatamente do sistema capitalista, em direção a uma maior flexibilidade em relação com a política de emprego e de distribuição da renda. Os países socialistas não podem contribuir com muito para esta solução pelo fato de estarem obrigados a aceitar o desafio da competição de crescimento por razões elementares de sua segurança. Nenhum lado pode terminar com esta competição sem considerações do outro. Mas para que ambos os lados possam diminuir ou terminar com esta competição, ambos devem ter a possibilidade de determinar autonomamente o emprego e a distribuição da renda, independentemente da política da maximização do crescimento. Mas é precisamente este o problema dos países capitalistas; portanto, apenas a partir destes países pode ser iniciado um processo de solução.

5. *A idéia subjacente do homem e da sociedade*

A análise anterior pressupõe uma imagem do homem que o concebe como sujeito de direitos concretos à vida. Esta imagem de direitos concretos do homem parte, essencialmente, do trabalho humano no conjunto da divisão social do trabalho. Reconhece em favor do sujeito humano trabalhador determinados direitos à vida — direitos fundamentais — que têm que impregnar a sociedade inteira para que possa ser realmente uma sociedade de homens livres.

A base de todos os direitos concretos à vida é o direito a um trabalho seguro. A partir deste direito ao trabalho derivam-se outros direitos à vida que são, especialmente:

a) a satisfação das necessidades básicas humanas dentro das possibilidades da renda social. Trata-se dos elementos materiais necessários para que haja uma satisfação de necessidades humanas em toda a sua amplitude, incluindo suas necessidades culturais e espirituais;

b) a participação na vida social e política dentro do planejamento global que assegure o emprego e a distribuição adequada da renda;

c) uma determinada ordem da vida econômica e social na qual seja possível manter o meio ambiente como base natural de toda a vida humana.

Estes direitos fundamentais são todos, também, direitos sociais e determinam o quadro da ordem social. Trata-se de uma ordem social que não destrua as condições da existência material dessa mesma ordem, sem a qual nenhuma ordem social poderia sobreviver. Estes direitos concretos à vida devem determinar o limite de vigência de todos os direitos humanos em conjunto.

Se quisermos dar um nome a este tipo de segurança em relação aos direitos concretos à vida humana na sociedade, podemos denominá-la socialização dos meios de produção. Portanto, a socialização se mede pela vigência efetiva dos direitos à vida mencionados e de modo algum pelo grau de nacionalização dos meios de produção ou da planificação. Teria que ser exatamente o contrário. A socialização dos meios de produção consiste no cumprimento dos direitos concretos à vida e determina o grau em que os meios de produção devem ser de propriedade pública e em que o processo econômico tem que ser planejado. Esta conceituação da socialização é necessária para evitar soluções apriorísticas em relação à determinação do sistema de propriedade e do planejamento.

O pólo contrário da socialização é a exploração. Daí se segue o conceito de exploração como um conceito relacionado com a própria socialização dos meios de produção.

Este conceito de exploração resultante é diferente daquele que poderíamos chamar ortodoxo. O conceito ortodoxo de exploração contrapõe o capital particular e o trabalhador e deriva o grau de exploração da cota de mais-valia vigente para o capital. Um conceito de exploração particular deste tipo não pode conceber o desempregado como explorado, pois, como o desempregado não produz valor, também ninguém lhe expropria uma mais-valia. A partir do conceito de socialização utilizado por nós segue-se um conceito de exploração que contrapõe o capital mundial e a humanidade, sendo a acumulação do capital uma acumulação em escala mundial. O ca-

pital como sujeito — ou quase sujeito — da acumulação vive da exploração da humanidade. No entanto, este capital precisa da humanidade apenas em parte para sua acumulação. Uma grande parte da humanidade, que hoje está crescendo, é supérflua e pauperizada. Esta parte é exatamente a mais explorada. A exploração, porém, como interpretada pela ortodoxia, é apenas uma parte desta situação geral de exploração da humanidade inteira pelo capital.

Esta pertença da humanidade ao capital, esta servidão em relação ao capital, é o centro de toda a ideologia burguesa.

Esta ênfase nos direitos concretos à vida desemboca, portanto, numa crítica da ideologia burguesa. Esta celebra exatamente o capital ou o mercado como o grande doador da vida. Ela parte desta pertença da humanidade ao capital, sem fundamentá-la, e constata, por conseguinte, que finalmente já ninguém pode viver sem o capital. Como o capital domina todas as fontes da vida, ninguém pode chegar à vida a não ser através do capital. Quanto mais total for o mercado e o capital, tanto mais parece o capital ser o doador da vida. A doutrina neoliberal do mercado total nos apresenta isso como seu resultado. O capital dá trabalho, o capital dá renda, o capital dá desenvolvimento, e sem o capital não há trabalho, nem renda nem desenvolvimento. O capital parece ser a fonte verdadeira de toda a humanidade, sendo também a liberdade. Onde o capital não dá trabalho ou renda ou desenvolvimento, ali há escassez de capital. Por isso se deve fomentar a acumulação de capital, para que haja vida. Quanto mais capital, mais vida. Não pode haver vida sem esta pertença ao capital. A tarefa básica do homem é, portanto, conservar a confiança do capital. Onde o capital perde esta confiança, ocorre a fuga e, com ele, fogem todas as fontes da vida. Por isso há de se organizar a economia em função do mercado total para que o capital volte a encontrar sua confiança e regresse. Com ele regressam as fontes da vida. Do ponto de vista desta ideologia burguesa, faz falta, precisamente, manter e aprofundar a situação de exploração para que haja garantia de vida. Trata-se de uma ideologia que hoje é apresentada em sua forma mais radical e nua pelos ideólogos que se inspiram na ideologia neoliberal elaborada pela Escola de Chicago.

É preciso contrapor os direitos concretos à vida a esta ideologia ilusória da vida que na realidade não é mais do que uma ideologia da morte. A lógica do capital é a morte, e a mística do capital é a mística da morte. Por trás da lógica do mercado total aparece a mesma mística da morte que anteriormente esteve por trás da lógica da guerra total dos estados fascistas. A vida não pode ser afirmada a não ser concebendo-a e vivendo-a a partir do que é sua base real: os direitos concretos à vida de todos os seres humanos.